

Economia se retrai com política indefinida

Inflação superou os 40%, nível de atividade industrial se reduziu em relação ao ano passado, empresários adiaram decisões estratégicas: o País terminou janeiro em clima de grande incerteza

GLEISE DE CASTRO

O desempenho da economia em janeiro refletiu as incertezas crescentes quanto à política econômica: a inflação mudou de faixa, para 40%, o nível de atividade industrial caiu entre 5% e 10% em comparação com janeiro de 1993 e os empresários adiaram decisões estratégicas, concentrando-se mais no ajuste da produção a um nível mais baixo de consumo. Isso levou a novas demissões. Só na indústria paulista foram demitidos 8.751 trabalhadores em apenas três semanas.

Ao contrário do que se previa, as encomendas do comércio para reposição de estoques foram mínimas, insuficientes para estimular o pequeno crescimento esperado na atividade industrial. Apesar do aumento das vendas, as lojas preferiram não se arriscar. No varejo paulistano, as vendas cresceram de 4% a 5% em relação a janeiro do ano passado, conforme estimativa da Associação Comercial de

São Paulo. "Houve recuperação, mas nada de excepcional", avalia Marcel Solimeo, diretor do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da entidade.

E esse resultado, segundo o economista, foi conseguido à custa de muita promoção. Ajudou também a melhora da renda ocorrida no final do ano passado, numa espécie de prolongamento do efeito Natal. Mas à medida que a inflação aumenta, nota Solimeo, a renda do consumidor encolhe e as vendas tendem a se desacelerar já neste mês.

Inflação — As expectativas iniciais do mercado financeiro, de uma inflação mais alta ainda — entre 41% e 42% —, não se confirmaram, o que

resultou em rentabilidade significativa das aplicações financeiras. Ainda assim, a inflação atingiu o nível mais alto desde 1990 — 39,07%, conforme o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e 40,30% pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

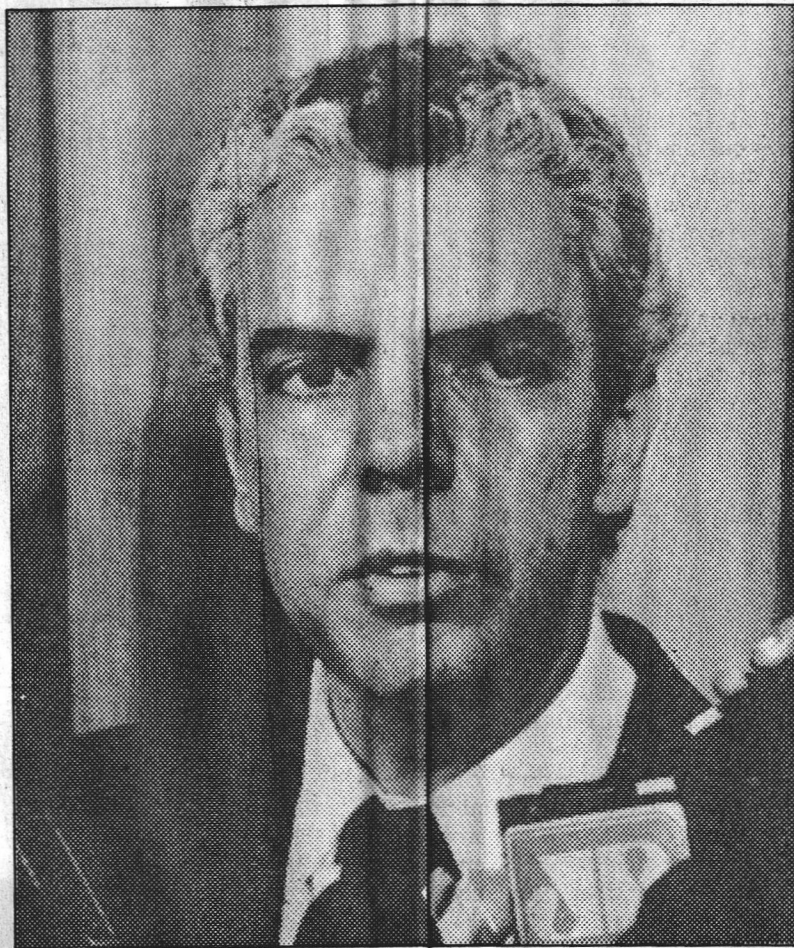
A taxa de janeiro foi puxada especialmente pela alta dos preços dos alimentos, influenciada por especulações sobre a nova safra agrícola. Mas pesaram muito também as expectativas quanto à aplicação da Unidade Real de Valor (URV) do Plano FHC2. "As incertezas são muito grandes, pois não se sabe como se fará a conversão de preços, salários e contratos em geral, qual o critério de fixação desse indexador e o cronograma do plano", diz

Antonio Corrêa de Lacerda, vice-presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo. "Isso levou à puxada nos preços e adiamento das decisões das empresas, principalmente sobre investimentos, e a eco-

nomia ficou quase que em compasso de espera."

O Plano FHC2 começou a provocar maior inquietação com a proximidade da adoção da URV, nota Geraldo Gardenalli, coordenador do centro de economia de empresas da FGV. "A introdução da URV e da nova moeda são pontos mais polêmicos do que o próprio ajuste fiscal, porque está tudo no ar", avalia. A seu ver, só agora as pessoas estão percebendo que, se levada a extremos, a adoção da URV implicará mudanças diárias de preços e tarifas.

"O governo precisa achar uma saída honrosa para a URV", afirma Gardenalli. Uma opção possível, acredita, será por uma fórmula interme-



Gardenalli: "Governo precisa achar uma saída honrosa para URV"

diária, em que o indexador funcione, por exemplo, como norma para reajustes de contratos e salários, mas não para reajustes diários de preços.

Congelamento

Mesmo que aplicado de forma capenga, com os inúmeros remendos introduzidos pelo Congresso, os economistas acreditam que o Plano FHC2 deve fazer a inflação baixar num primeiro momento, que pode durar de um a três meses. "Isso deve ocorrer porque o plano terá o efeito de um congelamento disfarçado", diz Sideval Aroni, presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon). Mas, acrescenta, os conflitos distributivos — entre

preços, salários e contratos de forma geral — provocarão em seguida mais inflação.

No caso dos salários, por exemplo, as categorias que saírem perdendo vão tentar recuperar essa perda na Justiça ou por meio de pressões e negociações políticas. As compensações, nota Aroni, serão repassadas aos preços, criando mais inflação. Isso sem contar

a disputa entre setores empresariais, que tentarão compensar as diferenças de preços, cada um a sua maneira. "A inflação vai voltar por causa dos conflitos latentes e também porque o ajuste do plano é de curto prazo", afirma Aroni.

**NOVA
MOEDA URV
SÃO PONTOS
POLÊMICOS**